

Educação para as mídias por meio da extensão universitária: uma proposta emancipadora

Education for the media through university extension: a liberating proposal

Luciana Gomes Ferreira¹
Cristiane Gomes Ferreira²

RESUMO

Este texto é o relato da experiência pedagógica do projeto de mídia-educação intitulado “Educação para as mídias – por uma abordagem emancipadora”, que teve como proposta levar a práxis freireana para dentro da educação midiática por meio da extensão universitária *on-line*. A extensão, como espaço de interseção entre universidade e comunidade no momento histórico da pandemia de Covid-19, ampliou os muros da Universidade, contribuindo com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Esse acontecimento sanitário, que levou às mudanças sociais em questão, promoveu efeitos sem precedentes sobre a maneira como organizamos e regulamos todos os aspectos e domínios da vida, incluindo como realizar atividades, as interações sociais e o gerenciamento de espaços (*off-line* e *on-line*). O afastamento físico proveniente da pandemia alavancou o uso das mídias enquanto espaços públicos e de interações como nunca experimentados antes. Nessa conjuntura, a educação para as mídias se revelou mais do que necessária no contexto formativo do indivíduo. O curso, baseado na pedagogia freireana, foi desenvolvido em uma Universidade pública *multicampi* e alguns dos resultados alcançados foram: interdisciplinaridade entre comunicação e educação; abrangência geográfica e diversidade cultural.

Palavras-chave: Extensão universitária. Educação para mídias. Literacia midiática. Práxis freireana.

ABSTRACT

This text is the report of the pedagogical experience of the media-education project entitled “Education for the media – for a liberating approach” which aimed to bring Freire's praxis into media education through *on-line* university extension. The extension program, as a space of intersection between the university and the community during the historic moment of the Covid-19 pandemic, expanded the outreach of the University, contributing to the inseparability between teaching, research and extension programs. This public health crisis, which led to the social changes in question, had unprecedented effects on the way we organize and regulate all aspects and domains of life, including how to carry out activities, social interactions and the management of spaces (*offline* and *on-line*). The social distancing resulting from the pandemic has caused a sharp increase in the use of media as a public space for interactions as never experienced before. At this juncture, media education proved to be more than necessary in the individual's formative context. The course, based on Freirean

¹ Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade da Beira Interior, Portugal; investigadora do LabCom Comunicação e Artes. (lu33gf@yahoo.com.br).

² Doutoranda em Educação, Conhecimento e Inclusão Social na Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil; professora assistente na Universidade do Estado da Bahia, Campus Teixeira de Freitas, Brasil. (crisgedu@yahoo.com.br).

pedagogy, was developed in a multi-campi public university and some of the results achieved were: interdisciplinarity between communication and education; geographical coverage and cultural diversity.

Keywords: University extension. Media education. Media literacy, Freirean praxis.

INTRODUÇÃO

A pandemia de Covid-19, decretada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no começo do ano de 2020, fez a modalidade de ensino *on-line* se consolidar, não só por manter as pessoas em distanciamento físico, mas também por evidenciar ser uma alternativa à ampla demanda social por democratização do ensino e possibilidade de capacitação contínua ao longo da vida. Durante a pandemia, mais pessoas tiveram que recorrer a formas de interação *on-line* para muitas atividades que, normalmente, seriam realizadas de forma presencial, mas foram remodeladas para execução remota.

Esse processo de mudanças envolveu, involuntariamente, um enorme esforço de aprendizado em alfabetização digital³, bem como exigiu muita criatividade de artistas, professores e profissionais diversos para compensar os recursos de comunicação não disponíveis nas plataformas *on-line*. Alguns exemplos nítidos disso, vão desde demonstrar afetividade na tela, ou encontrar maneiras para que o público percebesse a integração de um casal de dançarinos, até sentir a emoção de um artista ao tocar um instrumento musical, visto que a presença, nesses casos, é excluída.

Em face desse contexto social, as universidades tiveram que repensar a lógica das aulas presenciais em todas as áreas (ensino, pesquisa e extensão), pois a pandemia paralisou as atividades presenciais e o entendimento naquele momento era priorizar a proteção à vida humana. Com isso, as instituições precisaram se reinventar, elaborando estratégias para manutenção das atividades acadêmicas. Foi um enorme desafio, especialmente para as instituições públicas, pois poucas tinham tradição de ensino remoto ou Ensino a Distância (EaD).

³ Nota das autoras: Há uma diversidade de conceitos sobre alfabetização digital e literacia digital, pois esse ainda é um campo de conhecimento em construção. Mas, neste texto, optamos pelo termo alfabetização (digital) com o seguinte significado: habilidade de uma pessoa aprender a manusear os recursos das tecnologias informáticas digitais. Ou seja, utilizar dispositivos tecnológicos digitais como os softwares, a Internet e as plataformas de comunicação disponíveis, como as redes sociais, por exemplo. Já literacia (digital) – termo cunhado do inglês *literacy* – é mais amplo e trata-se da habilidade de compreender o uso das tecnologias de forma crítica, identificar a sua relação com as estruturas de poder, e, a partir daí, usar as ferramentas e materiais mais complexos na criação e produção de conteúdo.

Desse modo, movidas por estímulos desses acontecimentos sociais, as autoras elaboraram um projeto de mídia-educação piloto baseado na pedagogia de Paulo Freire, para ser ministrado remotamente, por meio de uma formação no modelo de extensão universitária. Este artigo é o relato da experiência pedagógica desse projeto, que nasceu dos debates e discussões entre as coordenadoras e a equipe de docentes do curso, sobre como levar a práxis freireana para dentro da educação midiática por meio da extensão universitária, e envolver outras comunidades, para além da acadêmica, nas discussões que afloravam naquele momento através das conexões *on-line*, sobre política brasileira e mundial, *fake news*, democracia, redes sociais e comunicação.

Este artigo é parte do processo ação-reflexão-ação proposta na práxis freireana, posicionado na etapa “reflexão”, e se consolidou a partir da apresentação de uma comunicação no International Congress on 21st Century Literacies, que ocorreu no Instituto Politécnico de Portalegre, Portugal, no período de 15 a 16 de julho de 2021. Iremos, então, apresentar uma revisão teórica sobre a importância da extensão universitária, um dos pilares que sustenta o tripé da Universidade para, em seguida, fundamentar a extensão como um importante recurso da mídia-educação, e finalizaremos com os resultados do projeto que revelou muitos aspectos esperados e inesperados da experiência de transpor a metodologia freireana para plataformas *on-line* na modalidade extensão universitária.

Extensão universitária: um tripé social e democrático

A extensão universitária se configura como um importante vínculo institucional com a comunidade externa ao desenvolver uma ponte de ligação social, na qual os saberes e conhecimentos são trocados em uma relação dialógica de aprendizagem. Contribui enormemente para as discussões interdisciplinares, pois chama para si as questões sociais, já que abre as portas institucionais para o público externo.

Sobre isso, Nunes e Silva (2011) relatam que a extensão tem um mecanismo de mão dupla, na qual há uma troca de informações, anseios e aspirações entre a Universidade e a comunidade, constituindo um processo de retroalimentação positiva em que uma aprende com a outra. Ainda segundo essas autoras, fortalecer a relação Universidade/sociedade auxilia na superação das condições de desigualdades e exclusão existentes, pois, por meio dos projetos sociais, a Universidade socializa seu conhecimento e disponibiliza seus serviços com o objetivo de auxiliar na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

No Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), ocorrido em 1987, conceituou-se a extensão como

processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. (FORPROEX, 1987, p. 1).

Com isso, podemos inferir que o conceito trazido pelo FORPROEX em 1987, deixa bem claros a importância e o significado da extensão dentro das instituições educacionais públicas e como o trabalho desenvolvido tem uma amplitude interdisciplinar e democrática, já que abre espaços para diferentes propostas e atores participantes.

É importante salientar que a extensão dentro das instituições educacionais apresenta diferenças em sua concepção e história. Por exemplo, o modelo brasileiro tem sua base no modelo europeu. A perspectiva europeia se apresentou como um movimento de contraposição ao capitalismo, em um movimento conjunto entre Estado e Igreja. Já o outro modelo, estadunidense, teve como objetivo mobilizar a Universidade ao enfrentamento da vida econômica, no sentido de transferir tecnologia para o setor empresarial. Ambos, entretanto, têm raízes a partir de uma demanda do sistema capitalista por profissionalização do trabalho.

No Brasil, a extensão universitária não chegou junto com os primórdios da Universidade, no período Imperial. De fato, a primeira Universidade oficial só foi criada em 1920, no Rio de Janeiro. Nessa época, educadores e políticos já debatiam a função e o papel social da Universidade. Um grupo defendia o desenvolvimento da pesquisa e formação profissional, e o outro que a Universidade deveria ser uma instituição de formação profissional.

Assim, a extensão universitária, nos moldes que temos hoje, só foi aparecer no início dos anos 1960, acompanhada do desejo de proporcionar mudanças sociais, muito influenciada pelos movimentos sociais da época. Ferreira, Nascimento e Evangelista (2019) descrevem que as lutas e o movimento estudantil da década de 1960 tiveram um papel importante na formatação da extensão que temos hoje. Ainda destacam o trabalho do educador Paulo Freire, um defensor da extensão na Universidade do Recife, pois lá criou o serviço de extensão cultural.

Foi com o pioneirismo de Paulo Freire que a extensão universitária apareceu de maneira clara. Defensor da proximidade com as classes populares, Freire, por meio da alfabetização e novas metodologias, defendeu e introduziu o saber técnico-científico, aliando as culturas populares dentro das universidades com a extensão. Essa defesa de Freire é o entendimento de que a Universidade pública deveria estar mais perto da sociedade em uma relação dialógica.

Nessa compreensão, os trabalhos extensionistas desenvolvidos dentro das universidades têm um compromisso social de relevância, dado que as diretrizes para as ações de extensão universitária formuladas pela Política Nacional de Extensão compreendem: a) interação dialógica; b) interdisciplinaridade e interprofissionalidade; c) indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; d) impacto na formação do estudante e; e) impacto e transformação social. Tais diretrizes caminham de maneira muito próxima com a proposta de Freire sobre o papel que a educação deve promover junto às pessoas.

O que podemos refletir com tudo isso, é que as transformações sociais, as políticas educacionais e econômicas de um país, têm íntima correlação com as ações universitárias, ou seja, o contexto social se reflete no ambiente universitário. Assim sendo, é cabível compreender que, os avanços, os limites e as possibilidades da Universidade influenciam diretamente o trabalho da extensão universitária.

Como avanço, podemos destacar a institucionalização da extensão, que passou a ser reconhecida na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) – Lei n. 9394/96⁴ – e nos últimos Planos Nacionais de Educação (PNE)⁵ – 2001/2010 e 2014/2024. Nesse último, destaca-se a estratégia de assegurar, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação oriundos de programas e projetos da extensão universitária, voltados para áreas de pertinência social.

De acordo com o documento do FORPROEX (2012), o ranço conservador e elitista, presente nas estruturas de algumas universidades ou departamentos acadêmicos, e a falta de recursos financeiros e organizacionais, têm colocado limites importantes para a implementação desses institutos legais no âmbito das universidades públicas. Além disso, em algumas universidades e departamentos, o preceito constitucional e a legislação referida à Extensão Universitária não promovem qualquer efeito sobre a vida acadêmica.

Em meio a essas questões defendidas pela legislação do ensino superior sobre a extensão universitária, é possível também observar a dificuldade de se estabelecer uma

⁴ Lei de Diretrizes e Bases da Educação: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm.

⁵ Plano Nacional de Educação: <https://pne.mec.gov.br/>.

concepção única sobre ela, uma vez que a sua compreensão está associada aos diferentes contextos históricos e ideológicos. Ela passou de difusão do conhecimento para o atendimento das demandas sociais, entretanto é consenso que a tarefa da extensão seja construir um diálogo com a sociedade, buscar atender às suas demandas e compreendê-las com valores culturais tão legítimos quanto os saberes acadêmicos.

Em vista disso, se trouxermos as ideias de Paulo Freire da década de 1960 e os objetivos atuais da extensão estabelecidos pela política nacional de extensão universitária, ambas compreendem que a extensão universitária deve ter, em seu horizonte, intenções de transformar a realidade social, realizando intervenções para além da simples transmissão de conhecimentos. É por intermédio da extensão que a Universidade se encontra fora dos muros e tem a possibilidade de levar à comunidade os conhecimentos produzidos internamente. Esse processo de socialização é importante para a democratização do conhecimento que pode chegar a camadas populares que não estão dentro dos muros de maneira institucionalizada.

A extensão torna os muros universitários invisíveis e a comunidade adentra os espaços para participar das ações oferecidas internamente. Essa situação se reconfigurou após a pandemia de Covid-19. Os muros foram reposicionados, e, ao mesmo tempo, retirados, justamente por causa dos acessos remotos viabilizados por meio das tecnologias digitais. O conceito de muro se modificou, pois se a Covid-19 interditou o acesso às universidades de maneira presencial, por outro lado, o acesso remoto ampliou os espaços universitários para além do território local, possibilitando a participação de pessoas de diferentes lugares, até mesmo de outros países. Adami e colaboradores (2020) reforçam que a necessidade de manter a separação física das pessoas no período pandêmico significou transferir muitas atividades sociais para modalidade *on-line* com necessidade de adaptação dessas atividades para um vasto número de pessoas.

Nesse sentido, as atividades extensionistas precisaram se adaptar, se reconfigurar com novas formas de comunicação e fazer pedagógico. Assim, estimular atividades é parte dos objetivos da extensão, nas quais se estabelecem relações multidisciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares que possam constituir um intercâmbio entre universidades e sociedade. “Num planeta negativamente globalizado, todos os principais problemas, os meta problemas que condicionam o enfrentamento de todos os outros, são globais e, sendo assim, não admitem soluções apenas locais” (BAUMAN, 2007, p. 31).

Com isso, torna-se imprescindível que a extensão universitária possa estabelecer uma relação comprometida com a realidade social, possibilitando aos participantes inclusão social e desenvolvimento sustentável no importante elo entre a extensão e a comunidade, pois é um

instrumento de inserção social que aproxima as universidades das comunidades. E, foi por essa capacidade inclusiva da extensão de envolver as comunidades, que esse projeto de mídia-educação se concretizou, relacionando as metodologias freireanas numa proposta piloto de promover o conhecimento midiático e politização do sujeito por meio do curso “Educação midiática – por uma abordagem emancipadora.”

A metodologia freireana na educação para as mídias por meio da extensão universitária

O educador Paulo Freire (1983) contribuiu muito para estudos e pesquisas sobre os usos das tecnologias de comunicação para formação do sujeito de forma consciente, e convidou a todos para terem papel ativo e crítico mediante os meios de comunicação e do processo educativo resultante. Segundo ele, faz-se necessário pensar a transformação das pessoas e, ao aceitarmos esse papel de criticidade frente às mídias, apresenta-se também o desafio de conhecer e entender essas ferramentas, e buscar meios de superar a instrumentalidade dominante que essas tecnologias exercem.

Assim, entendemos que os meios educativos citados também se referem à modalidade ‘extensão universitária’ como um recurso social inclusivo, do qual o próprio Freire (1983) era defensor, visto que acreditava que a extensão era uma aliada na integração das culturas populares e saberes científicos. Essa modalidade de ensino se tipificou como meio formativo adequado para os interesses pedagógicos do projeto mídia-educação em questão, porque se configurou como um vínculo entre a Universidade e a comunidade (externa). Desse modo, a extensão foi também incorporada como metodologia nesse projeto com os objetivos de promover discussões interdisciplinares e chamar para si as questões sociais, já que abre as portas da Universidade.

Além dessa escolha pedagógica, adotamos como método de pesquisa para analisar todo o processo teórico-prático, a abordagem qualitativa de pesquisa científica e de pesquisa-ação. A abordagem qualitativa, porque estudamos as relações sociais e a pluralização de informações dentro do ambiente *on-line*, as subculturas relacionadas a cada participante, estilos e formas de vida, ações que conduzem diversos olhares de reflexão do professor ou pesquisador (FLICK, 2009). No caso da pesquisa-ação, voltamo-nos para o tipo emancipatória (GRUNDY, 1982), uma variação da pesquisa-ação política, que tem como meta explícita mudar o *status quo*, não só para si mesmo e para seus companheiros mais próximos, mas de mudá-lo numa escala mais ampla, no que tange ao grupo social como um todo.

Em relação ao método de ensino-aprendizagem, trabalhamos com a práxis pedagógica de Paulo Freire, como já dissemos anteriormente, por suas ideias e contribuições ao atuar com educação de adultos. Vale destacar que não deveríamos chamar de método Paulo Freire, embora o façamos, pois sabemos que ele não criou propriamente um método, mas fez críticas à educação imposta sem contextualização ao educando, e trouxe uma nova proposta para uma educação emancipada. Desse modo, o curso foi desenhado para adotar as propostas pedagógicas da “metodologia freireana” e as necessidades dos participantes, bem como discutir a realidade social atual.

Entendemos que as metas pretendidas com essa pesquisa-ação foram ambiciosas, porque os métodos freireanos foram pensados no encontro presencial das pessoas, mas compreendemos que, com a nossa experiência, é possível de ser praticada. Muitos obstáculos encontramos nesse caminho, alguns novos, relacionados à EaD e aos meios tecnológicos disponíveis, e outros, sempre os mesmos há décadas: impedimentos estruturais, pedagógicos e socioculturais. Foi e é um desafio introduzir novos conteúdos interdisciplinares e mutáveis em sistemas educacionais altamente estruturados e organizados há séculos. Por isso, inicialmente propomos atuar junto às pessoas responsáveis numa proposta de promover a literacia (midiática) para a tomada de consciência sobre o que é, e o que representam as mídias para a construção social da realidade.

Embora a educação para as mídias não resolva todas as questões de embaraços políticos, econômicos e sociais a que estamos submetidos, apresenta-se como um esforço fundamental para realizar uma sociedade bem orientada, democrática e sustentável (PÉREZ TORNERO, 2008). Com a abundância de dados que circulam em diversos suportes e a diversidade de vozes no debate público, como distinguir verdade, mentira, intenção, contexto, sem saber tratar as informações de maneira crítica, e se colocar como produtor responsável de conteúdos?

Com essa perspectiva, buscamos, com a proposta extensionista, colocar o pensamento freireano, que descreve que no processo de aprendizagem, “só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, com o que pode, por isto mesmo, reinventá-lo; aquele que é capaz de aplicar o aprendido-apreendido a situações existenciais concretas (FREIRE, 1983, p. 16).

E foi nessa linha do pensamento de Freire (1983) que emergiu a motivação para a concretização do projeto “curso de extensão universitária Educação para as mídias – por uma abordagem emancipadora”, realizado por meio da Pró-reitoria de Extensão de uma Universidade no estado da Bahia, no Brasil, durante o ano de 2020.

Entres as metas estabelecidas e pretendidas, a que mais nos estimulou na ação educativa para as mídias foi promover a inserção das pessoas no processo da cidadania ativa, viabilizando uma problematização sobre a responsabilidade socioambiental dos indivíduos e organizações no uso dos meios de comunicação digital e redes sociais, já que todas as pessoas se tornaram potenciais produtoras de conteúdos.

O processo de aprendizagem foi realizado nas três etapas propostas pelo método freireano: investigação, tematização e problematização. Investigação dos contextos de vida dos participantes, quais suas relações com as mídias e as tecnologias, e qual o objetivo para participarem do curso. Depois foram selecionados temas de interesse dos participantes (tematização) para serem trabalhados na problematização. A ideia foi que os alunos estabelecessem seus próprios interesses de estudos para desenvolvê-lo de forma crítica no módulo de práticas.

Também ocorreu exposição de conteúdos nas aulas *on-line*, os alunos fizeram análise de notícias para desconstruir mensagens em seus componentes, aprenderam sobre fontes e credibilidade da informação. No quesito prática, aprenderam como é rápido e fácil produzir uma história aparentemente verdadeira e convincente a partir de detalhes incompletos, enganosos ou inventados, utilizando ferramentas *on-line*. Criaram e produziram seus próprios conteúdos, só que de forma contextualizada e refletida. O curso foi planejado para 25 participantes, e, no total, foram 30 horas de atividades síncronas e assíncronas, através das plataformas *Jitsi Meet* e *Google Classroom*.

Os materiais didáticos se concentraram em aumentar a conscientização sobre a importância da literacia midiática no combate à desinformação e no uso do pensamento crítico para detectar notícias enganosas. Além disso, todos os recursos didáticos foram selecionados com o intuito de destacar a necessidade de os participantes exercitarem e exercerem o uso crítico das mídias em suas vidas diárias, reforçando o entendimento sobre o que representa ser cidadão.

Com o objetivo de valorizar a prática no uso das mídias, um dos módulos foi dedicado exclusivamente à produção de conteúdos midiáticos e à reflexão sobre essa prática. O objetivo foi contribuir para o desenvolvimento da literacia midiática para pessoas adultas, valorizando o processo de educação contínua. Consideramos, na Ementa, que o objetivo geral seria desenvolver, no participante, o entendimento do processo da comunicação humana, e como a desinformação interfere nos rumos éticos da história e das questões socioambientais. Como um resultado esperado, e alcançado, percebemos que a literacia de fato ocorreu, mas a partir do interesse de aprendizagem e da perspectiva de cada cursista.

Também estabelecemos um elemento estruturante nos planos de aula: possibilitar ao participante a capacidade de distinguir os diversos tipos de conteúdos que circulam nos meios de comunicação de massa e redes sociais, para diferenciar mensagens sobre fato, ficção ou opinião. A meta era que eles pudessem desmistificar narrativas potencialmente diversas. Isso porque, no mesmo trilho em que correm as mensagens verdadeiras, também correm as inventadas, no fenômeno hoje nomeado de *fake news*.

O público destacado para o projeto foi o adulto, grupo etário que, de modo geral, já passou por processos educativos formais, e acredita estar apto a lidar com as ferramentas de comunicação digital, as quais, por sua vez, não imputam mais os impedimentos de circulação das mensagens. Portanto, desenvolver meios pedagógicos próprios para a formação de pessoas desse grupo foi a justificativa para adotarmos as propostas educadoras bem-sucedidas de Paulo Freire, voltadas para jovens e adultos na construção e reconstrução de uma consciência cidadã.

O modelo pedagógico de Paulo Freire é emancipador, e se a intenção pretendida com esse projeto de educação-midiática foi possibilitar a transformação de um sujeito no contexto comunicacional, político e social, nada mais adequado do que nos apropriarmos das suas ideias já testadas com sucesso. Para quem ainda não conhece como surgiu o “método Paulo Freire”, ele desenvolveu uma metodologia de alfabetização de adultos baseada nas experiências de vida dos educandos. Em vez de buscar alfabetizar com os métodos tradicionais para crianças, trabalhava as chamadas “palavras geradoras”, a partir do contexto de vida do indivíduo. Essa proposta promove a literacia dos adultos mediante a discussão das suas experiências de vida, compartilhadas por meio de determinados termos presentes na realidade do educando, que são decodificados para a aquisição da palavra escrita e da compreensão do mundo (FREIRE, 1986).

As reflexões e os resultados observados

O projeto inicial de mídia-educação em questão, foi elaborado em 2019 e pensado para o contexto de formação presencial por meio de um curso de extensão. Entretanto, a pandemia de Covid-19 transformou o contexto social. Já não esperávamos levar a proposta adiante quando a Pró-reitoria de Extensão da universidade baiana, que abrigou o curso, ao perceber que as atividades acadêmicas à distância ainda perdurariam, incentivou seus docentes a apresentarem projetos de curso de extensão no formato *on-line* para a realização de atividades junto à comunidade externa.

As perspectivas se mostraram construtivas pois, desse modo, se abriu uma oportunidade nova de alcançar uma visibilidade que só os meios de comunicação digitais favorecem, integrando públicos diversos e sem a restrição dos limites geográficos.

E foi nesse contexto de revolução único, provocado por um vírus, que realizamos o curso no ano de 2020. Essa prática testou a nossa hipótese geral de que a literacia midiática e a educação cidadã também são possíveis no meio *on-line*. Na sequência, descrevemos alguns dos resultados observados, tanto os que consideramos atingidos, como os pontos a serem mais bem trabalhados.

Nesse sentido, a possibilidade de interdisciplinaridade entre os campos da comunicação e educação foi um dos elementos de êxito; também identificamos que as pessoas desenvolvem níveis de literacia midiática diferenciados, não apenas por seus graus diferenciados de escolaridade, mas principalmente por seus contextos de vida; e fundamentalmente porque a práxis pedagógica freireana, apesar de ser pensada para encontros presenciais, é adaptável para a educação para as mídias por meio das plataformas digitais.

Uma circunstância que ficou evidente foi a abrangência geográfica e a diversidade cultural do curso por ter ocorrido em uma plataforma digital. Tivemos o envolvimento de pessoas de dois países de língua portuguesa, Brasil e Portugal, e uma participante surda, que nos mobilizou a realizar ações inclusivas e integrativas com a presença de um profissional intérprete de Libras (Língua Brasileira de Sinais). As ferramentas digitais, nesse caso, ampliaram a comunicação e o alcance do curso, confirmando nossa hipótese de que é possível promover cidadania por meio da mídia-educação, com recursos da extensão universitária também no formato *on-line*.

Como pontos a serem superados, destacamos certa dificuldade inicial em transpor os métodos freireanos para o contexto *on-line*, espaço em que se perde muito dos recursos de comunicação corporal e todos os benefícios que o formato presencial oferece para o engajamento. Sendo assim, identificamos resistência por parte de alguns participantes ao processo por presumido saber sobre as mídias; e porque, naquele contexto de pandemia, a adesão para participar do curso era difícil, embora essa possibilidade tenha sido identificada previamente, devido aos muitos cursos que foram oferecidos à época de restrições às atividades presenciais e ao sentimento de medo que pairava entre as pessoas.

No que tange às questões técnicas para operacionalizar o curso, encontramos algumas barreiras institucionais da Universidade proponente, tais como: nenhuma preocupação com a divulgação do curso nos portais ou meios de comunicação universitário, tanto da Pró-reitoria de Extensão (Proex), bem como do *campus* de onde se originou a proposta (local de trabalho

de uma das docentes); pouco suporte técnico dos órgãos responsáveis para auxiliar as docentes para trabalhar no ambiente remoto (não conseguimos operacionalizar na Plataforma Moodle, mesmo com os protocolos de organização antecipados) e, por esse motivo, tivemos que utilizar plataformas alternativas.

Em síntese, a extensão universitária, conforme já discorremos, configura-se como um recurso importante de ligação social, na qual os saberes e conhecimentos são trocados em uma relação dialógica de aprendizagem. Nesse projeto piloto, promovido por meio da extensão *on-line*, foi uma oportunidade única de colocarmos em prática saberes que, até então, se configuravam em teoria. A práxis pedagógica proposta por Paulo Freire se revelou adequada quando nos levou da teoria para a prática e nos colocou no estado de reflexão dessa prática para reformular a teoria. Muitos foram os aprendizados no caminho percorrido entre o projeto do curso até o momento atual, de incorporar as experiências para reflexão teórica.

Considerações finais

A pandemia de Covid-19 promoveu efeitos sem precedentes sobre a maneira como organizamos e regulamos todos os aspectos e domínios de nossas vidas, incluindo como realizar atividades, interações sociais, gerenciamento de espaços (*off-line* e *on-line*). Em poucos meses, pessoas em todo o mundo tiveram que passar por mudanças radicais na forma como se relacionavam umas com as outras, a tal ponto que muitos estudiosos preveem que a pandemia marca um limiar histórico. Essas mudanças foram sem precedentes em seu caráter global, abrupto e abrangente. Promoveram um entrelaçamento de tecnologias antigas com novas e o aprimoramento de processos, como foi o caso do ensino à distância.

Já que assim ocorreu, por que não reverter de forma favorável esse acontecimento tão abrupto na história, que foi a pandemia, e as mudanças de paradigma da comunicação humana? A educação, para as mídias, se revelou mais do que necessária no contexto formativo do indivíduo, e o que antes era um recurso pontual, presencial, específico para nichos, tornou-se popularmente viável e para públicos diversos. Projetos de mídia-educação se ampliaram na modalidade remota e tal fato não foi diferente com a proposta das autoras ao implementar o curso “Educação para as mídias – por uma abordagem emancipadora”. A partir de uma proposta educativa desenhada no contexto de formação presencial, expandiram-se as possibilidades de alcançar maior visibilidade e público por intermédio de recursos disponibilizados pela extensão universitária *on-line*.

Literacia (midiática) é uma construção social e pessoal. Atualmente são tantas as ferramentas de comunicação, os percursos para se informar e formar opinião, que acreditar num modelo formativo tradicional, por si só, é limitante. É preciso compreender os processos da comunicação humana, suas intenções, relações de poderes, possibilidades instrumentais e como a desinformação interfere nos rumos éticos da história e das questões socioambientais, visto que, agora, se trata de sobrevivência.

Por fim, é urgente e de caráter democrático que as universidades públicas promovam cada vez mais ações extensionistas, pois são elas que auxiliam na dialogicidade transformadora entre os outros setores sociais, a comunidade e a Universidade. Também é preciso ressaltar que a extensão, como um dos pilares da Universidade, precisa interagir de maneira ativa com os outros pilares – ensino e pesquisa –, garantindo, com isso, o princípio da indissociabilidade.

REFERÊNCIAS

ADAMI, E. *et al.* **PanMeMic Manifesto: Making meaning in the Covid-19 pandemic and the future of social interaction.** 2020. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/343295805_PanMeMic_Manifesto_Making_meaning_in_the_Covid-19_pandemic_and_the_future_of_social_interaction. Acesso em: 20 mar. 2022.

BAUMAN, Z. **Tempos líquidos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/1996**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 11 nov. 2022.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE).** Lei n.º 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/10172.htm. Acesso em: 15 mar. 2022.

FERREIRA, C. G.; NASCIMENTO, D. L. do; EVANGELISTA, S. de A. A educação inclusiva e a extensão universitária: contribuições para formação inicial do professor. *In*: SANTOS, E. T. dos; GUND, I. T. F.; GOMES, L. M. F. C. (org.). **Educação e desenvolvimento: sociabilidades e tecnologias digitais.** Campinas: Pontes Editores, 2019.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária.** 2012.

Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2016.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FRIEDMAN, T. L. Our new historical divide: B.C. and A.C: the world before corona and the world after. **New York Times**, 17 mar. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/03/17/opinion/coronavirus-trends.html>. Acesso em: 5 abr. 2022.

GRUNDY, S. J. Three modes of action research. **Curriculum perspectives**, Geelong, v. 2, n. 3, p. 23-34, 1982.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (FORPROEX). **Conceito de extensão, institucionalização e financiamento**. 1987. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/redux/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2022.

JOSSO, M. C. **Experiências de vida e formação**. São Paulo: Cortez, 2004.

NUNES, A. L. P. F.; SILVA, M. B. C. A extensão universitária no ensino superior e a sociedade. **Mal-estar e sociedade**, Barbacena, ano 4, n. 7, p. 119-133, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://www.uemg.br/openjournal/index.php/malestar/article/view/60>. Acesso em: 10 jul. 2016.

PAULA, J. A. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces**, v. 1, n. 1, p. 5-23, jul./nov. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/18930#:~:text=O%20prese nte%20texto%20busca%20analisa r,no%20Brasil%20e%20no%20exterior>. Acesso em: 11 nov. 2022.

PÉREZ TORNERO, J. M. Media literacy: new conceptualisation, new approach. *In*: CARLSSON, U. *et al.* (ed.). **Empowerment through media education: an intercultural dialogue**. Göteborg: Nordicom: Göteborgs Universitet, 2008. p. 103-116.

Submetido em 2 de junho de 2022.

Aprovado em 9 de julho de 2022.